



CIDADE SEGREGADA - O ESPAÇO DOS SEM ESPAÇOS: O PROCESSO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES EM TERESINA NA DÉCADA DE 1990 - O CASO VILA IRMÃ DULCE.

REGIANNY LIMA MONTE*

A problemática da habitação recai sobre os segmentos mais empobrecidos da sociedade e gera um campo de luta, embate e resistência em busca de uma inserção na formação urbana de Teresina. Esses segmentos de baixa renda buscam por meio de ocupações, seja de modo organizado por entidades e movimentos, ou realizada por grupos de desfavorecidos que se unem em torno da mesma causa, uma alternativa para instalarem-se na cidade do capital que os excluía. Uma vez que, sem posses, eram impossibilitados de participarem do parcelamento do solo urbano mediante a compra.

Para as Organizações Não Governamentais – ONGs, os sem-teto foram uma fatia miserável da população, por estarem excluídos da assistência do poder público, nos seus diversos níveis, sendo resultantes da má administração dos recursos, falta de políticas públicas, legislação e controle social. [...] o movimento organizado de moradores acredita que a especulação imobiliária faz com que exista muitos terrenos desocupados em áreas privilegiadas, deixando para outros pontos, distantes, um grande índice populacional que atinge proporções assustadoras ocasionando um crescimento desordenado e enfraquecendo as melhorias necessárias, como transporte, educação, saúde e saneamento (SEM-TETO: INOCENTES..., O Dia, 1998, p.09).

Com o objetivo de diagnosticar a realidade da questão habitacional em Teresina, a Prefeitura Municipal de Teresina realizou pesquisas de caráter censitários ao longo da década de 1990. A primeira ocorreu em 1991, que resultou no documento intitulado Perfil de Teresina, o primeiro a trazer dados oficiais sobre as submoradias em áreas irregulares. Em 1993, Primeiro Censo de Vilas e Favelas foi elaborado em Teresina e, entre setembro de 1995 e maio de 1996, a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social – SEMTCAS realizou o Segundo Censo de Vilas e Favelas. Em 1999, a Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo – SEMHUR realizou o Terceiro Censo de Vilas e Favelas. Nesses documentos estão o perfil sócio-econômico das vilas e favelas de Teresina, o que nos proporcionou uma análise do crescimento e expansão dessas áreas, bem como acessar as condições de vida dessa população.

Em 1991, a capital contava com 56 vilas e favelas localizadas principalmente nas zonas Leste e Norte (TERESINA, 1991). Essas zonas concentravam o número de favelas em

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás, Bolsista da FAPEG, professora do IFPI.



decorrência de duas características principais e distintas. A zona Leste, região mais valorizada da cidade, dominada pela especulação imobiliária, com estoques de terras e a zona Norte por se tratar de uma área de crescimento estagnado em decorrência da presença de lagoas, sujeita a inundações e a presença do aeroporto de Teresina, o que limitou o crescimento dessa área. Em apenas cinco anos, Teresina praticamente triplicou o número de vilas e favelas, já contando com 149, distribuídas por todas as áreas da cidade, segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento. No levantamento feito pela prefeitura, foram divididas em 12 bolsões de pobreza, das quais destaca-se a Sul 3 com os piores índices de pobreza, incluindo o Distrito Industrial e os bairros Santa Cruz e Santo Antônio, situados na Zona Sul, com 13 favelas, totalizando 10.750 pessoas (TERESINA, 1996).

Em 1999, quase 20 % da população urbana do município de Teresina residia em áreas irregulares e em subhabitação. Conforme os dados do Censo de Vilas e Favelas de Teresina (1996) e (1999), o aumento desse tipo de moradia foi significativa, como revela a comparação no quadro a seguir:

Tabela 1: Dados de Vilas, Favelas, Parques e Residenciais em Teresina 1996 e 1999

Dados	Censo de 1996	Censo de 1999
Nº de vilas, favelas, parques e residenciais	149	150
Nº de famílias	5.775	38.852
Nº de habitantes	4.617	133.857
Nº de domicílios	4.895	37.820

Fonte: Censo das Vilas e Favelas de Teresina 1996 e 1999.

Conforme os dados elucidados na tabela, é visível um aumento significativo em todos os aspectos analisados, com exceção do número de vilas, favelas, parques e residências, que passou de 149 para apenas 150. Há duas explicações plausíveis para esta ocorrência, a primeira é o próprio crescimento populacional dessas áreas, como ocupações já consolidadas, agindo como ponto de atração para mais moradores. Por outro lado, há a intervenção do poder público no processo de regularização mediante o aforamento de áreas municipais e estaduais cedendo o título de posse a esses moradores e também pela implantação de programas como o Vila Bairro.



Os jornais noticiam quase que diariamente, esses processos de ocupações irregulares e os inúmeros transtornos provocados por elas tanto aos proprietários dos terrenos, como para a população que tenta fixar moradia nesses locais.

Duzentas e sessenta e uma casas e casebres erguidas na área de invasão Parque Francisco Alencar, na Zona Sul de Teresina, foram derrubados ontem por dois tratores contratados pela empresa Alga Empreendimentos Imobiliários. A destruição das casas foram marcadas por conflitos e agressões entre soldados da Polícia Militar e invasores. Os moradores tinham invadido a área de 19 hectares há dois meses e estavam erguendo suas casas. Cem casas já estavam erguidas e com alguns móveis. O restante ainda estava em fase de construção. [...] Durante o despejo houve o incêndio de alguns casebres, lamento e choro de mulheres que viram suas casas sendo destruídas pelos tratores (RIBEIRO, 1996, p. 09).

O material utilizado na maioria dessas edificações é o barro, talos de coco babaçu, com cobertura de palha ou telhas. Com as fortes chuvas, é comum que esses barracos venham a baixo ou fiquem com sua estrutura abalada como é possível verificar na imagem a seguir. Estando situadas em locais impróprios para a moradia, como encostas, nas margens de rios ou lagoas, esses moradores estão ainda mais sujeitos a sofrerem com inundações nesse período do ano. Conforme um morador de uma dessas áreas, “muitos moradores do terreno abandonaram suas casas. Só quem não saiu foi quem realmente não tinha para onde ir”, informou o sem-teto João Evangelista. “A gente sabia que era uma área de alagamento, mas quem está no meio da rua quer uma casa de qualquer jeito” (RIBEIRO, 1996, p. 09).

A luta pela ocupação do espaço citadino caracteriza-se tanto por uma ação coletiva, por meio de grupos e associações ou até mesmo como por um ato cotidiano individual. Os movimentos reivindicatórios eclodiram na segunda metade da década de 1980, com o fim do regime civil-militar. A abertura política permitiu o retorno dos sindicatos, das associações de moradores, dos movimentos dos sem-terra e dos sem-teto entre outros que passaram a se organizar e se mobilizar em torno de suas reivindicações. É nesse contexto que está situada, a nível local, a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários – FAMCC, ligada ao Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLN. Durante toda a década de 1990, a FAMCC esteve à frente de muitas ocupações em Teresina, como por exemplo, na descrita a seguir.

Cerca de cem famílias ocuparam um terreno de 150 hectares de propriedade da Engenharia do Nordeste limitada – ENGENE. O local era um matagal e não estava cercado,



conforme os moradores era usado por criminosos e usuários de drogas. Na visão de uma moradora do bairro, a invasão traria benefícios para aquela região e seus moradores, “a maioria não tem onde morar. O bairro também é muito perigoso e destruindo esse matagal os marginais não terão onde se esconder.” Uma das tentativas de reintegração do local ocorreu de forma arbitrária e com o uso da violência. Conforme o depoimento de alguns moradores, cerca de 20 homens, usaram da força para expulsar os moradores. “Os barracos foram destruídos assim como foram apreendidos facões e foices utilizados no desmatamento da área, segundo os invasores houve agressão por parte dos ‘policiais’. São covardes. Só vem aqui no horário que só tem mulher e criança. Destroem tudo” (TERESINA SOB..., o Dia, 1998, p. 09).

Como não havia um documento de reintegração de posse os moradores reagiram e nos meses seguintes reconstruíram os barracos novamente. A vida dessas pessoas era marcada pela insegurança e pela instabilidade constantes, o que fazia de suas ações uma permanente obra de recomeços e reconstruções a cada processo de reintegração de posse das áreas ocupadas, como ocorreu meses depois. Apesar da agressividade e da violência utilizadas no processo de desocupação da área, os sem-teto enfrentavam mais esse contratempo na luta por moradia com resiliência, como era perceptível na fala do sem-teto João da Silva Moura: “Eu ainda não consigo acreditar no que ocorreu aqui. Mas amanhã a senhora pode vir aqui que vai estar tudo em pé novamente” (TERESINA SOB..., o Dia, 1998, p. 09). Garantiu ele a reportagem.

A rotina de ocupações vivenciadas na cidade era acompanhada no mesmo ritmo dos processos de reintegrações de posse dos terrenos ocupados. Conforme levantamento da FAMCC, apenas no mês de novembro de 1998 estava previsto a reintegração de posse de seis ocupações na capital, Vila Nossa Senhora da Guia, 15 famílias; Monte Alegre, 400 famílias; Planalto Uruguai, 400 famílias, Mocambinho, 600 famílias e Vila Irmã Dulce, 5.500 famílias (SARAIVA, 1998, p. 08). A entidade realizava reuniões constantemente com objetivo de resistir aos mandados de reintegração de posse e fortalecer o movimento com intuito de pressionar as autoridades e o poder público, sensibilizando-os para a questão. Foi nesse contexto de embates intensos e constantes conflitos entre ocupantes, proprietários e poder público que está inserida aquela que seria a maior ocupação organizada de Teresina, com intensa participação da FAMCC, que esteve à frente em todo o processo.

Vila Irmã Dulce – formação (luta e resistência)



Teresina, assim como nas demais capitais brasileiras, como vimos, passava por intensos processos de ocupações e os consequentes conflitos por moradia durante os anos de 1990. É nesse contexto em que se insere a ocupação da Vila Irmã Dulce ocorrida em 1998, na zona Sul da capital. Situada no perímetro do bairro Angelim, em um terreno nas proximidades do Residencial Esplanada, correspondendo a cerca de 118 hectares, estava previsto para a construção de uma nova etapa de um Conjunto, o Residencial Esplanada, distante cerca de 15 quilômetros do centro da cidade. O local também contava com o acesso ao transporte coletivo, assim como a proximidade com uma rede de abastecimento d'água e de energia elétrica nas adjacências do Residencial Esplanada. O terreno era de propriedade de então deputado federal **Ciro Nogueira Lima Filho**, **The Construções**, **Júlio Soares** e **Banco do Estado do Piauí**.

De acordo com **Vieira e Façanha**, o processo que deu origem a ocupação Vila Irmã Dulce é reflexo de uma ação conjunta que vinha se fortalecendo por todo o Brasil sobre ocupações urbanas, não se tratava de um movimento espontâneo de ocupação de terrenos devolutos por sem-teto, muito comum em Teresina. Pelo contrário, tratava-se de uma ocupação organizada pela a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC), seguindo as orientações do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM). A data marcada para a ocupação foi, propositalmente, 03 de Junho de 1998, dia em que ocorreriam, simultaneamente, diversas ocupações em vários Estados da Federação. O propósito era chamar atenção do poder público para o problema da moradia (VIEIRA; FAÇANHA, 2015). Em entrevista ao Jornal “O Dia”, o diretor de Formação Política da FAMCC, **Oriosvaldo Raimundo Ferreira** informou como se deu o processo de organização da ocupação da Vila Irmã Dulce.

Nesta invasão, segundo **Ferreira**, a federação recolheu todos os levantamentos feitos por associação de bairros das zonas leste, sul e norte de Teresina, além da cidade de **Timon**, no Maranhão, para cadastrarem mais de cinco mil famílias que agora ocupam aquelas terras que foram divididas em cinco mil lotes de 10m x 20m, com áreas para infraestrutura e lazer como praças e quadras de esporte e também para escola e posto médico. Tudo como manda as normas da prefeitura, até as ruas e avenidas com tamanhos e padrões, obedecendo o código de postura da cidade [Ver as fotos 1 e 2]. No local, há uma estimativa de que trinta por cento já estão com casas levantadas ou em início de construção. ‘Nós ocupamos esse terreno no dia três de junho deste ano, a uma hora da manhã, com três mil e quinhentas famílias cadastradas e já desmatando toda a área,’ completou **Raimundo**. Ele acrescentou que em seguida mais mil e quinhentas famílias foram cadastradas de várias regiões da cidade (COELHO, 1998, p. 06).



Foto 1: Visão parcial da Vila Irmã Dulce.
Fonte: Arquivo Pessoal do Padre Demerval Brasil (1998).



Foto 02: Construção de Casa de pau-a-pique na Vila Irmã Dulce.
Fonte: Jornal O Dia, 24 ago 1998.

A ocupação também contou com o apoio de várias entidades sociais como a Igreja Católica, Sindicatos, Movimentos Sociais, ONGs, Partidos Políticos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outros. Para Rodrigues Neto, o fato das famílias contarem com uma forte base organizacional tanto de apoio jurídico, como político, na qual as entidades envolvidas mediavam as “negociações” com o poder público, especialmente com os governos municipal e estadual, uma vez que cabe à prefeitura a organização do uso e da ocupação do solo urbano, sendo o terreno também de propriedade do governo do estado (RODRIGUES NETO, 2005). Entretanto, o processo de ocupação não ocorreu sem embates, principalmente entre os moradores e os proprietários do terreno que recorreram à justiça reivindicando a reintegração de posse da área.



A primeira ação judicial deu-se apenas 48 horas após a ocupação. Os proprietários do terreno entraram com uma ação conjunta solicitando a reintegração de posse junto à 2ª Vara Cível. O movimento responsável pela ocupação organizou uma manifestação em frente ao Fórum Cível no sentido de pressionar o juiz, sensibilizando-o para situação. O movimento solicitou uma inspeção judicial ao local, juntamente com o pedido de suspensão do processo de reintegração de posse. As solicitações foram atendidas pelo juiz Dr. José Ramos Dias Filho. Entretanto, os proprietários, após o término do prazo da liminar, entraram novamente com o pedido de reintegração de posse e desta vez foram atendidos.

Nesse ínterim, o movimento de ocupação da Vila Irmã Dulce buscou junto ao poder público municipal e estadual uma solução para questão. Em uma ação conjunta realizada no dia 20 de julho de 1998, ocuparam simultaneamente a sede do governo estadual o Palácio de Karnak e a sede da Prefeitura Municipal de Teresina. A ocupação foi marcada por tumulto e agressões físicas entre os manifestantes e a polícia militar, mas teve como resultado uma audiência pública realizada no mesmo dia (TUMULTO ..., O Dia, 1998, p.06). Estiveram presentes além do governador Mão Santa e o prefeito Firmino Filho, a presidente do Serviço Social do Estado, Adalgisa Moraes Sousa, o Secretário de Segurança, Juarez Tapety, o comandante da Polícia Militar do Piauí, coronel Valdílio Facão, o Secretário Municipal de Saúde, Sívio Mendes e o chefe de gabinete da Prefeitura, Charles Silveira. Além de lideranças políticas como o deputado estadual Wellington Dias e as vereadoras Francisca Trindade e Flora Isabel, juntamente com os líderes do movimento (ESTADO..., O Dia, 1998, p.03).

O governo do estado propôs remanejar a população para um assentamento de todas as famílias em uma gleba de terras de 89 hectares, área equivalente à ocupada em área, no Povoado Santa Teresa, zona rural de Teresina, comprometendo-se a fazer a limpeza e divisão dos terrenos, assim como se responsabilizado em realizar a transferências dos moradores em caminhões. Porém as tentativas negociação foram frustradas pois os manifestantes recusaram-se à migrar para zona rural justificando que não teria oportunidade de trabalho para todos, além do fato da área ocupada poder oferecer futuramente uma infraestrutura urbana.

As ocupações nas sedes dos poderes Executivo municipal e estadual dividiu opiniões. No editorial do Jornal “O Dia”.

São lamentáveis as cenas que ontem vimos acontecer no Palácio de Karnak e no Paço Municipal. Naturalmente que incentivadas, famílias inteira de sem-teto invadiram os dois ambientes dispostas, previamente, a espalhar destruição, pânico e caos. Episódios que, não por coincidência, se repetem a



cada período eleitoral. Resta saber agora quem será responsabilizado pelos prejuízos que o grupo espalhou por onde passou. [...] A tensão social urbana é um fato com o qual nos vemos obrigados a conviver parecendo o contraproducente que a falta de escrúpulos político tenta agradar ainda mais, criando cenários superficiais, pouco justificáveis. A não ser o fato de estarmos em ano de disputa eleitoral e, portanto, propício à manobras de massas em nome de objetivos políticos (PONTO ..., O Dia, 1998, 03).

Já para os representantes da FAMCC avaliaram como positiva a ocupação do Palácio do Karnak e a sede da Prefeitura Municipal de Teresina. Conforme Francisco de Sales, diretor de habitação da entidade, “as cinco mil famílias que haviam tomado a ocupação ‘Vila Irmã Dulce’ estavam ‘parado’. A partir da ocupação dos centros do poder estadual e municipal de Teresina, foram reabertas as negociações em torno da regularização da posse da terra” (FAMCC, O Dia, 1998, p.04).

Entretanto, o processo de regularização da área ocupada arrastou-se durante anos. Enquanto os moradores daquela área buscavam, mesmo na instabilidade em que estavam inseridos, fincar moradia. Ter um teto, mesmo que incerto e provisório era o sonho da maioria dessas famílias.

No domingo não há tempo para descanso nos terrenos ocupados pelos sem-teto. Dia e noite os barracos vão sendo construídos e tomando aspecto de vilas. São meses de esperança e impaciência quanto a demora da justiça. Alguns acreditam que o terreno já está ganho. Outros pensam que vão ter que sair do local devido à falta de interesse dos governantes em resolver a situação (SEM-TETO ESPERA ..., O Dia, 1998, p. 08).

Em processos de ocupações no espaço urbano a incerteza e inseguranças são umas constantes na vida desses moradores, mas mesmo fora da regulamentação fundiária, edificam suas moradias e projetam nelas esperanças de estabilidade e dias melhores. Mesmo diante da insegurança e das constantes ameaças de reintegração de posse, um ano após a ocupação, conforme dados do Censo de Vilas e Favelas (1999), constatou a presença de 3.047 domicílios, somando um total de 3.019 famílias cadastradas na área, totalizando 9.757 pessoas. Para Rosa Maria Cortês de Lima, o ato de resistir implica pôr em xeque uma relação de forças em oposição, que podem assumir tons de confronto, violências ou pelo contrário, pode exprimir um agir passivo, lento, porém persistente. Segundo ela,



Resistir corresponde à negativa do ceder. Entretanto, a resistência incorpora, muitas vezes, formas diversas de negociação, processo de ida e vinda que, embora possam sugerir a ideia de recuo que na vida cotidiana representam, sobretudo, avanço e campo de conquista. Lançam mão de estratégias e táticas variadas na insistente busca de avanço para suas conquistas (LIMA, 2012. p. 86).

Por outro lado, os embates relacionados à Vila Irmã Dulce ocorriam também em torno da vida cotidiana. Diante da irregularidade em relação a posse do terreno, muitos benefícios como a implantação de uma rede de distribuição de água encanada no local, pavimentação das ruas e iluminação pública tiveram que esperar. Enquanto isso, a população padecia com a falta desses serviços essenciais. O acesso à água só era possível mediante duas torneiras que forneciam o líquido para todas as famílias. No local, formam-se longas filas de moradores que tem que carregarem a água até suas residências. Como uma medida paliativa, foram perfurados doze poços artesianos pelos próprios moradores, entretanto a água, sem tratamento é imprópria para o consumo. Essa escassez tem provocado o surgimento de inúmeras doenças (OCUPANTES, 1998, p. 09).

A luta por melhorias e assistência dos governos era uma constante, que envolvia os mais diversos setores sociais que eram acionados ou mobiliados pelas demandas do dia-a-dia. Com três meses da ocupação, o Ministério Público foi acionado. Ocorreram duas audiências públicas com os representantes do Executivo estadual e municipal, com a finalidade de discutir os problemas de acesso à saúde e educação do local. De acordo com a Promotora da Infância e da Adolescência, Leida Diniz, que entrou com uma representação junto à prefeitura de Teresina, no sentido de dar garantia ao acesso à educação, pelo menos, à trezentas crianças, que segundo ela “estão sendo privadas do direito à educação e à saúde. São obrigações básicas que o Governo e a Prefeitura devem conceder. A situação é preocupante e não queremos que essas crianças se junte àquelas que perambulam pelas ruas” (REPRESENTANTE, 1998, p.09).

Apesar da intensa participação, os moradores da Vila Irmã Dulce foram proibidos, nas duas ocasiões de participarem das audiências no Ministério Público, além de serem duramente reprimidos pela Polícia Militar que foi acionada para o local. Caminhões levando os demais manifestantes também foram barrados (SEM-TETO, 1998, p.09). Em nota, entidades e instituições que apoiavam o movimento reivindicatório lançaram uma moção de repúdio a truculência utilizada por representantes do poder público contra os moradores que reivindicavam melhorias, ao impedirem de participar da audiência. Assinaram a nota de repúdio a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários – FAMCC, Movimento



de Meninos e Meninas de Rua – MMR, Cáritas, Associação dos Professores da Universidade Federal do Piauí – ADUPIPI, Movimento Sem-Terra – MST, Grêmio Estudantil Anísio de Abreu, dentre outros (MONÇÃO, 1998, p. 09).

Os desdobramentos dessa ação arbitrária continuaram com a exoneração da promotora Leida Diniz, pelo coordenador geral do Ministério Público, Antônio Linhares. O movimento dos moradores foram às ruas em uma manifestação que reivindicara o retorno da promotora ao cargo.

Cansados de esperar por uma intervenção do poder público, os moradores da vila Irmã Dulce edificaram, em regime de mutirão, uma escola construída com paredes de pau-à-pique e taipa e coberta por telha. A unidade contava com três salas de aulas e pretendia receber inicialmente cerca de 300 alunos. As aulas seriam ministradas nos três turnos, manhã e tarde destinados ao ensino regular das crianças carentes e à noite, a Educação de Jovens e Adultos – EJA, por sete professores voluntários. Todo material didático era resultado de doações, sendo considerado insuficiente para demanda, carecendo inclusive de mobiliário como carteiras, armários e bebedouros. O estabelecimento escolar foi inaugurado em 28 de outubro de 1998, recebendo a nomenclatura de Escola Alternativa Três de Junho, em referência à data da ocupação da vila. A inauguração contou com a participação da promotora Leida Diniz e do médico pediatra Antônio de Noronha, que ministrou uma palestra sobre cidadania na ocasião, além de outras lideranças como a presidente da FACC, Lucineide Barros e da vereadora Francisca Trindade (SEM-TETO INAUGURAM ..., O Dia, 1998, p. 09).



Foto: Moradores da Vila Irmã Dulce trabalho em formato de mutirão na construção de Escola.



Fonte: Jornal O Dia, 1º set 1998.

Mas somente após um ano, o poder público municipal firmou um acordo mediado pelo Ministério Público, comprometendo-se com a população local com a edificação de uma unidade escolar municipal na Vila Irmã Dulce, com capacidade para atender 700 alunos, a ser entregue em pleno funcionamento no dia 15 de abril de 2000. O não cumprimento do acordo levaria a Prefeitura Municipal de Teresina um pagamento de uma multa diária (ACORDO, o Dia, 1999, p. 09). O fato é que somente mediante as pressões da população da vila organizada pela FACC, foi possível, mesmo após dois anos de ocupações, algumas das reivindicações começaram a ser atendidas.

Autores como Michel de Certeau centram seus estudos nos usos e nas práticas que os habitantes fazem do espaço, especialmente o da cidade, como em *Práticas de espaços*, mostrando como os *transudentes* apropriam-se, ao seu modo, dos códigos e dos lugares que lhes são impostos, subvertendo as regras e compondo formas próprias de se inserir na cidade. Para o autor, essa é uma forma alternativa de analisar a cidade, pretendendo enveredar por outro caminho que não seja apenas o dos discursos:

Analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o plural desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítimada, desenvolvidos e insinuados nas redes da vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos (CERTEUA, 1994, p. 175).

Na acepção de Certeau, no espaço tecnocraticamente construído com uma determinada funcionalidade é transgredido pelas práticas cotidianas, o que ele denomina de estratégias e táticas. Na definição do autor, “estratégia” é como “o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ele postula um lugar capaz do seu circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.” Enquanto que “tática” é “um cálculo que não pode contar com ele próprio, nem portanto com uma fronteira, que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância” (CERTEAU, 1994, p. 46).



São “performances operacionais” que apresentam “continuidades e permanências”. É por meio do poder das “práticas cotidianas ordinárias”, da qual descreve Certeau, que é possível que os mais fracos se sobreponham aos mais fortes, em uma constante “inversão e subversão”. Para tal, o “habitante ordinário”

tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos, [...] mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’ (CERTEAU, 1994, p. 47).

Entendemos, portanto, que as práticas cotidianas, as estratégias e táticas de que nos fala o autor podem ser aplicadas aos pobres urbanos de Teresina, sobretudo em que pese os seus modos de agir ou reagir às condições lhes imposta pelo sistema capitalista. Suas estratégias estão presentes na forma como reagem à exclusão do parcelamento urbano, criando interfúgios por meio das ocupações ou reagindo e criando novas táticas de ação nos processos de desapropriações. De modo que, mesmo que no campo das ideias, os mais fragilizados ainda conseguem alterar a ordem dominante, fazendo funcionar, ao seu modo, os seus códigos e preceitos.

Referências e Fontes

ACORDO possibilita a criação de escola na Vila Irmã Dulce. *O Dia*. Teresina, ano XLVIII, n. 12.259. p.09, 27 maio 1999.

CERTEAU, Michel de. Práticas de espaço: caminhadas pela cidade In: *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 175.

CERTEAU, Michel de. Introdução Geral In: *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, Marcelo. FAMCC planejou ocupação por seis meses: a invasão do terreno de 64 hectares, que fica ao lado do Explanada, por cinco mil famílias foi bem organizada. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 11.945. p.06, Cad. Cidade, 13 jul 1998.

ESTADO e PMT em parceria pelos sem-teto. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 11.951. p.03, 21 jul 1998.

FAMCC: positiva ocupação de Karnak e PMT. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 11.952. p.04, 22 jul 1998.



MONÇÃO de Repúdio. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 12.012. p.09, 18 set 1998.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. *A cidade autoconstruída*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

OCUPANTES vivem sem condições de moradia. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 12.044. p.09, 20 out 1998.

PONTO de vista da Redação. Editorial. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 11.951. p.03, 21 jul 1998.

REPRESENTANTE de sem-teto é expulsa da prefeitura. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 11.995. p.09, 1º set 1998.

RIBEIRO, Efrém. Despejo: justiça leva à revolta. *O Dia*. Teresina, ano XLV, n. 11.330. p.09, Cad. Dia-a-Dia, 26 out 1996.

RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes. *Governo municipal e movimentos sociais na gestão da moradia em Teresina: um exame das experiências das Vilas Alto da Ressurreição e Irmã Dulce*. 2005. 155f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

SARAIVA, Polyana. FACC prevê mais despejos em Teresina. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 12.067. p. 08, 12 nov 1998.

SEM-TETO: inocentes ou culpados. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 11.966. p, 09, 03 ago 1998.

SEM-TETO esperam por posse de terra. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 11.987. p.08, 24 ago 1998.

SEM-TETO barrado no Ministério. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 12.012. p.09, 18 set 1998.

SEM-TETO inauguram escola. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 12.053. p.09, 2 out 1998.

TERESINA. Censo das Vilas e Favelas - Secretaria Municipal de Trabalho e de Assistência Social/PMT – 1991.

TERESINA. *Censo das Vilas e Favelas* - Secretaria Municipal de Trabalho e de Assistência Social/PMT – 1996.

TERESINA. *Censo das Vilas e Favelas* - Secretaria Municipal de Trabalho e de Assistência Social/PMT – 1999.

TERESINA sob nova invasão: desta vez foi o bairro Monte Verde. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 11.962. p. 09, 30 jul 1998.



TUMULTO em invasão de sem-teto à prefeitura. Tanto o Palácio de Karnak quanto a sede da Prefeitura Municipal foram ocupados pelos sem teto, fato que acabou resultado em tumulto. *O Dia*. Teresina, ano XLVII, n. 11.951. p.06, 21 jul 1998.

VIEIRA, Ângela Oliveira; FAÇANHA, Antônio Cardoso. Ocupação Vila Irmã Dulce: uma experiência na luta urbana de Teresina (PI). *XI Encontro Nacional da ANPEGE – a diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Presidente Dutra, 2005. Acessado em 31 jan 2017.

<<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/8/236.pdf>>